

Empreendedorismo como Ferramenta de Inclusão Produtiva: Uma Análise de Perfil do Empreendedor Individual Beneficiário do Programa Bolsa Família

Por Rafael de Farias Moreira¹

1. Introdução

Criado em 2004 por meio da Lei 10.836/04², que unifica diversos programas sociais até então vigentes, o Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que tem como objetivo a superação da situação de vulnerabilidade da população que se encontra na pobreza e na extrema pobreza por meio da promoção da segurança alimentar e cidadania. O PBF já beneficia cerca de 13 milhões de famílias (MDS, 2011a) e tem se provado ferramenta eficaz no combate à pobreza e no fortalecimento do mercado consumidor interno. Estudo do IPEA (2011) mostra que, para cada R\$ 1,00 gasto no PBF, há um incremento de R\$ 1,44 no PIB por meio do efeito multiplicador gerado pelo aumento da renda.

Já a figura do “Empreendedor Individual” (EI) foi criada por meio da Lei Complementar 128/2008³ com a intenção de dar condições mais justas para que milhões de empreendedores saíssem da informalidade. Após cerca de dois anos da Lei em vigor e com mais de 1,6 milhão de empreendedores individuais formalizados, pode-se afirmar que esse objetivo tem sido cumprido. E, como pesquisa recente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) mostra, além dos empreendedores que estavam na informalidade, a LC 128/08 possibilitou que cerca de 190 mil pessoas, antes desempregadas, vislumbrassem uma forma de autossustento por meio do empreendedorismo (SEBRAE, 2011).

Com vistas a combater a extrema pobreza, o Governo Federal lançou, em 2011, o Plano Brasil Sem Miséria, que foca na população com renda mensal *per capita* inferior a R\$ 70. Além de transferência de renda – via PBF e outros programas – e acesso a serviços públicos, o Plano visa promover a inclusão produtiva, e o empreendedorismo é um dos caminhos para que isso ocorra (MDS, 2011b). Nesse contexto, a figura do Empreendedor Individual ganha ainda mais relevância.

Uma análise de bases de dados elaborada pelo Sebrae em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) mostra que, em, 31 de julho de 2011, havia 102.627 empreendedores individuais que eram beneficiários do Programa Bolsa Família, o que representava 7,3% do total de EI à época. Este artigo busca, a partir da análise das bases de dados dos empreendedores individuais; do Cadastro Único, que inclui os beneficiários do PBF; e dos resultados da Pesquisa de Perfil do Empreendedor Individual, do Sebrae, traçar um perfil desses EI beneficiários (EI PBF) e analisar a existência de elementos que indiquem a viabilidade de se utilizar a figura do EI como ferramenta de promoção da inclusão produtiva.

¹ Economista formado pela Universidade de Maryland, College Park, e analista técnico do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Unidade de Gestão Estratégica, do Sebrae Nacional.

² A Lei 10.836/04 pode ser acessada na íntegra em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm

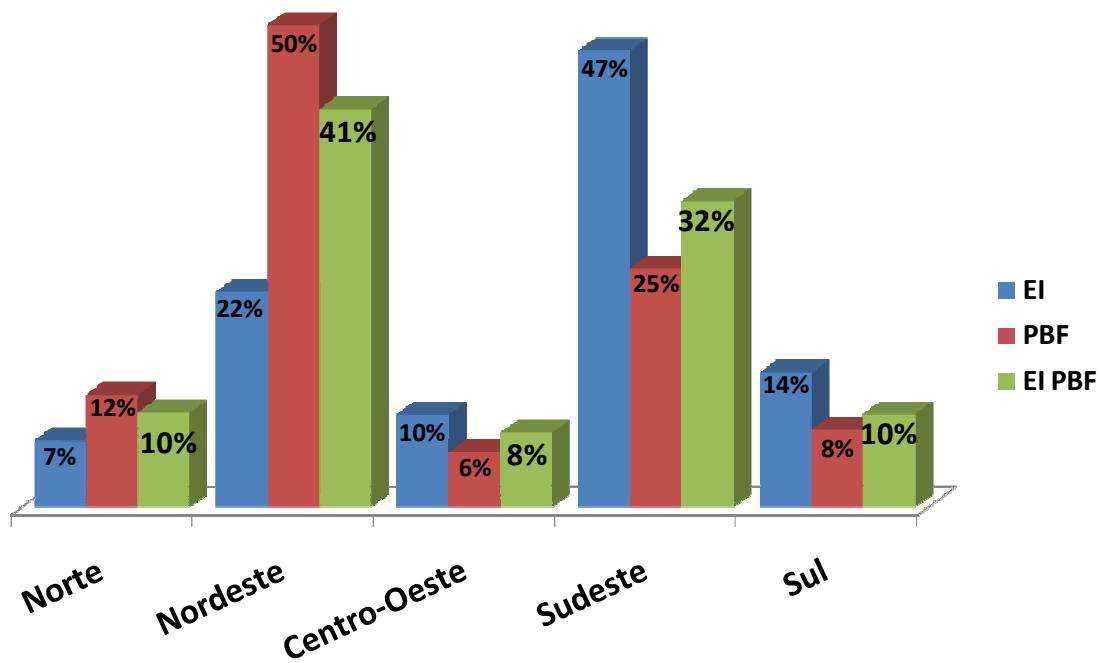
³ A Lei Complementar 128/08 pode ser acessada na íntegra em:
<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2008/leicp128.htm>

1. Onde Estão os Beneficiários do Programa Bolsa Família Empreendedores Individuais?

Quanto à distribuição geográfica, os beneficiários do Bolsa Família empreendedores individuais (EI PBF) estão concentrados, via de regra, onde está a maior parte dos beneficiários do PBF em geral. Como demonstrado no Gráfico 1, 41% desse público encontra-se na Região Nordeste, 32% no Sudeste, 10% no Norte, 10% no Sul e 8% no Centro-Oeste.

Comparando-se essa distribuição com as do total de EI e de beneficiários do PBF, alguns números chamam a atenção. Em especial, as participações das Regiões Nordeste e Sudeste, por destoarem significativamente das suas nos universos de EI e de PBF, suscitam algumas questões. O Nordeste, por exemplo, contribui com 22% dos empreendedores individuais do Brasil e 50% dos beneficiários do PBF, mas sua participação no total de EI PBF é de 41%. Por outro lado, o Sudeste, que tem 47% dos EI e 25% dos PBF do Brasil, contribui com 32% do EI PBF.

Gráfico 1 – Distribuição Regional de Empreendedores Individuais, Beneficiários do Programa Bolsa Família e Beneficiários do Programa Bolsa Família que são Empreendedores Individuais



Fonte: Sebrae/MDS/Receita Federal.

Essas diferenças levantam uma pergunta importante: seriam os beneficiários do Bolsa Família do Nordeste menos propensos a se tornarem empreendedores individuais, ou seus EI têm mais chance de serem PBF? A resposta para isso está, muito provavelmente, em algum ponto entre essas duas alternativas.

Por ter metade de todos os beneficiários do PBF e por ser uma região menos dinâmica do que o Sudeste, não causa estranheza o Nordeste contribuir mais para o EI PBF do que para os EI em geral, da mesma forma que é esperado encontrar mais empresas de grande porte em regiões

ricas do que nas mais pobres. A lógica por trás disso é que, quanto menos dinâmica uma economia, menor a chance de que seus empreendimentos faturarem muito, e maior a chance de se ter empresas que exigem menor capital inicial.

Quanto à diferença nas participações da região nos totais de PBF e EI PBF (50% x 41%), isso é possivelmente explicado por fatores sociais, mais especificamente, educacionais. Como a Pesquisa de Perfil do Empreendedor Individual mostra, a escolaridade do EI é, em média, superior à da população adulta brasileira, o que leva a crer que há, ainda, uma grande massa de empreendedores menos escolarizados na informalidade (SEBRAE, 2011).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostram que justamente as Regiões Nordeste e Norte – ambas com uma participação de EI PBF menor do que a de PBF em geral – são as que têm os índices mais baixos de escolaridade, com as taxas de analfabetismo mais altas do país (IBGE, 2008). Isso nos leva à seguinte constatação: também nesse segmento, grande parte dos empreendedores menos escolarizados ainda não está se formalizando, provavelmente por desconhecimento dos benefícios de se fazê-lo.

As Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, que, nessa ordem, têm os melhores índices de escolaridade (IBGE, 2008), contribuem mais para o total de beneficiários do Bolsa Família que são empreendedores individuais do que para o de beneficiários do PBF em geral.

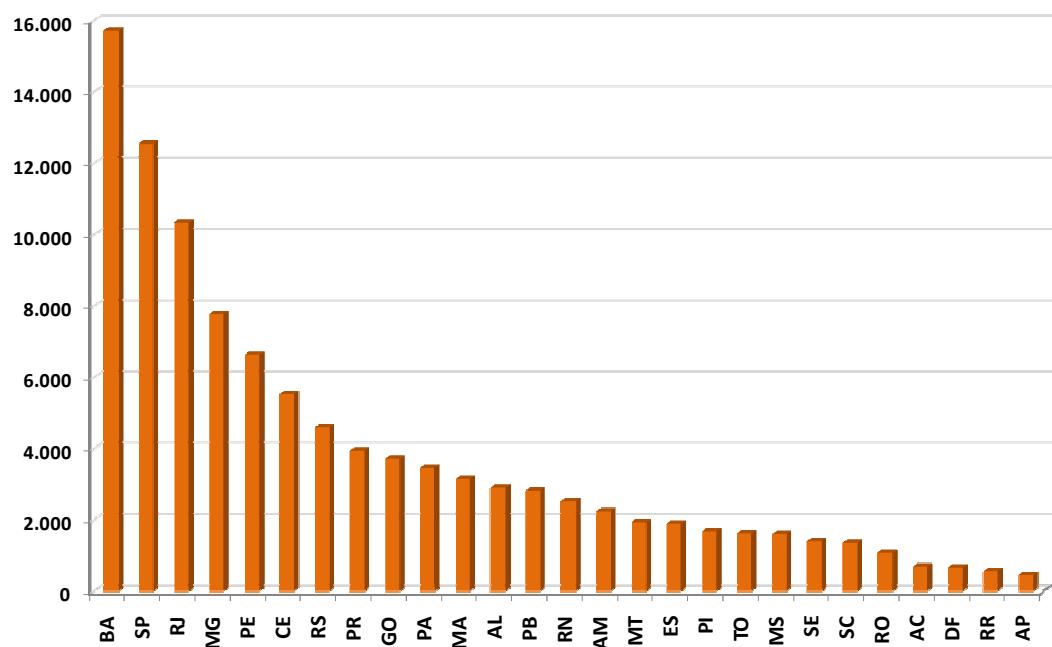
Apesar de o foco do Sebrae com esse público atualmente apontar mais para a sustentabilidade dos formalizados do que o registro dos informais, a formalização como EI segue sendo uma das metas do Sebrae e objeto de especial interesse para o Governo Federal no Plano Brasil Sem Miséria. Temos aqui fortes indícios de que há uma grande massa, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste, de beneficiários do PBF pouco escolarizados que são empreendedores e continuam à margem, na informalidade. Diante disso, qualquer esforço de formalização não pode desprezar esse público.

Voltando aos EI PBF, quanto à sua distribuição estadual, vê-se que a Bahia é a unidade federativa com o maior número desse público, 15.717. Em seguida, vêm São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, com 12.543, 10.330, 7.759 e 6.626, respectivamente (ver Gráfico 2).

Outra forma de demonstrar a importância desse público é analisando-se a participação dos PBF no total de empreendedores individuais nas unidades da federação. Como é possível observar no Gráfico 3, no Brasil, os beneficiários do Bolsa Família já representam 7% do total de empreendedores individuais formalizados. E, em todos os estados do Norte e Nordeste esse percentual é maior que 7%.

Em Roraima e Alagoas, por exemplo, 16% dos empreendedores individuais recebem Bolsa Família. No Maranhão, esse percentual é de 15%, enquanto que na Paraíba, Ceará, Piauí e Pernambuco, 14%. Apesar de estar fortemente ligado à forte concentração de beneficiários do Bolsa Família nas Regiões Norte e Nordeste, somente esse fator não justifica totalmente esses percentuais. Isso já que, a título de exemplo, 40% da população de Roraima é beneficiária do PBF e a participação desse público no total de EI é o dobro da do Pará, onde 38% da população recebe Bolsa Família.

Gráfico 2 – Distribuição de Beneficiários do Bolsa Família Empreendedores Individuais por Unidade Federativa.



Fonte: Sebrae/MDS/Receita Federal.

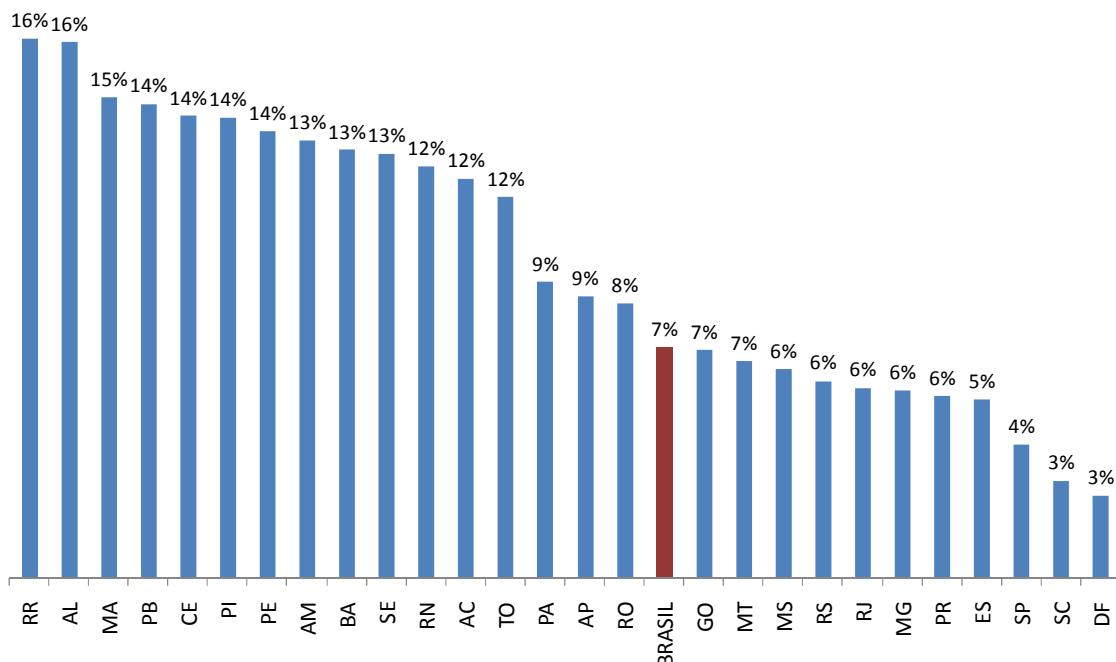
Outro dado interessante é que 92% dos EI PBF residem em ambientes urbanos, ante 8% que vivem no meio rural. Esse percentual é compatível tanto com o perfil geral dos beneficiários do PBF, que estão predominantemente em áreas urbanas (LAYTON, 2010) quanto com o dos empreendedores individuais, que têm suas atividades econômicas restritas a cerca de 450, de caráter predominantemente urbano.⁴

Condizente com essa concentração urbana, vê-se que os EI PBF estão concentrados principalmente em capitais. Das vinte cidades com o maior número desse público, quinze são capitais (ver Tabela 1) e doze estão no Norte e Nordeste. Salvador é o município com a maior participação de EI PBF no Brasil, com 4.750, representando 4,6% do total. Em seguida, vêm Rio de Janeiro (2.870), São Paulo (2.477), Fortaleza (2.253) e Recife (1.293).

Vale ressaltar, porém, que esse público, apesar de concentrado em grandes centros urbanos, encontra-se em 4.821 municípios brasileiros (87% do total).

⁴ Para visualizar a lista completa de atividades permitidas, acesse:
<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/entenda/quem.php>

Gráfico 3 – Participação dos Beneficiários do Bolsa Família no Total de Empreendedores Individuais, por Unidade da Federação.



Fonte: Sebrae/MDS/Receita Federal.

Tabela 1 – Municípios com Maior Participação no Total de Beneficiários do Bolsa Família Empreendedores Individuais

	Município	EI PBF	Participação
1	Salvador	4.750	4,6%
2	Rio de Janeiro	2.870	2,8%
3	São Paulo	2.477	2,4%
4	Fortaleza	2.253	2,2%
5	Recife	1.293	1,3%
6	Maceió	1.157	1,1%
7	São Luís	897	0,9%
8	Teresina	887	0,9%
9	Feira de Santana	840	0,8%
10	Duque de Caxias	824	0,8%
11	João Pessoa	724	0,7%
12	Campo Grande	709	0,7%
13	Curitiba	674	0,7%
14	Brasília	660	0,6%
15	Manaus	658	0,6%
16	Jaboatão dos Guararapes	645	0,6%
17	Belém	629	0,6%
18	Belo Horizonte	580	0,6%
19	Nova Iguaçu	573	0,6%
20	Natal	563	0,5%
Total Acumulado		24.663	24,0%

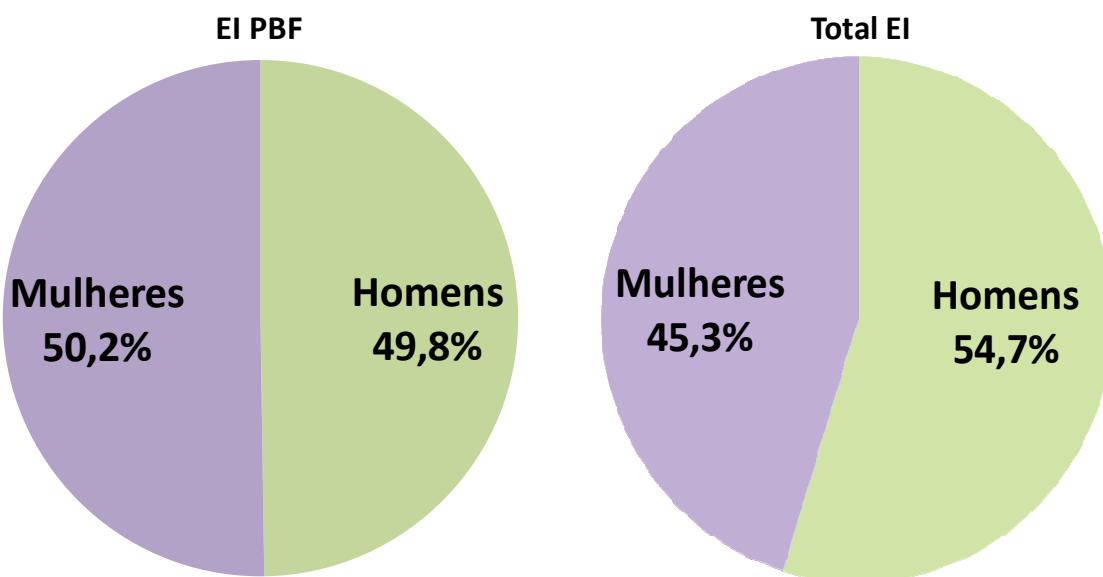
Fonte: Sebrae/MDS/Receita Federal.

2. Quem São os Beneficiários do Programa Bolsa Família Empreendedores Individuais?

Quanto às características desse público, alguns pontos podem ser destacados. Com relação ao gênero, por exemplo, vê-se que um pouco mais da metade, 50,2%, dos beneficiários do Bolsa Família empreendedores individuais são do gênero feminino, frente a 45,3% do total dos EI. Esse dado mostra como o empreendedor individual pode ser um instrumento de inclusão produtiva para as mulheres, em especial as mais pobres.

Além de muitas das atividades permitidas pela LC 128/08 serem tradicionalmente ligadas às mulheres, o fato de predominantemente as famílias beneficiárias do PBF serem chefiadas por pessoas do sexo feminino, muitas vezes sem cônjuge, pode estar relacionado a esse participação feminina mais forte (THE ECONOMIST, 2010).

Gráfico 4 – Comparativo da Distribuição por Gênero – EI PBF x EI



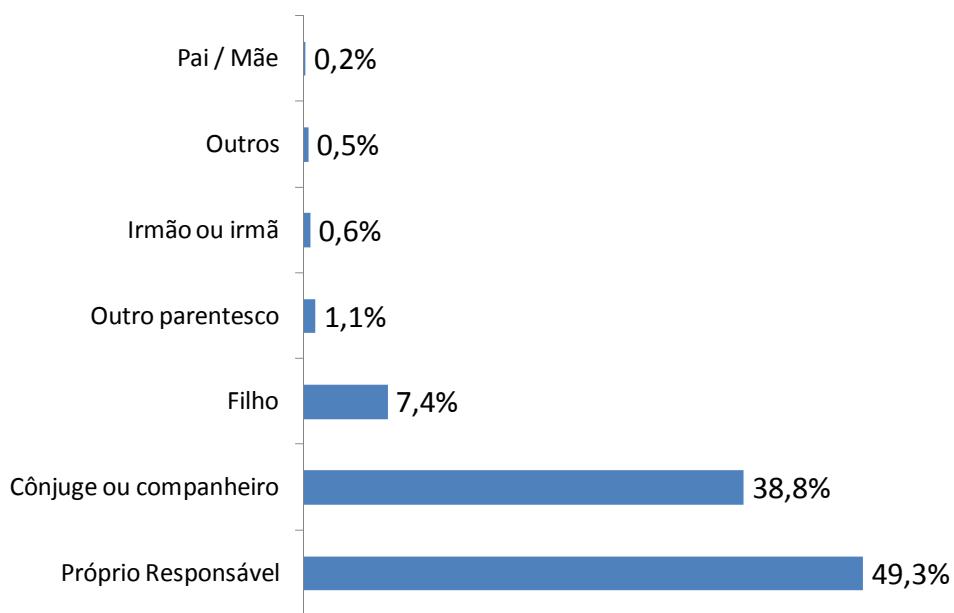
Fonte: Sebrae/MDS/Receita Federal.

Essa hipótese parece ser corroborada pelos dados de grau de parentesco com o responsável da família desses empreendedores individuais (ver Gráfico 5). Praticamente metade, 49,3%, desses EI são os próprios responsáveis. Em seguida, vêm os cônjuges ou companheiros, com 38,8%. Tal quadro demonstra a importância do empreendedorismo para a geração de renda dessas famílias menos favorecidas.

Isso já que, por serem conduzidas principalmente pelo responsável pela família ou seu cônjuge, essas atividades não parecem ser meros complementos da renda. Muito provavelmente são um componente importante no sustento da família.

Outro dado que pode ser ressaltado é que 7,4% dos beneficiários do Bolsa Família empreendedores individuais são filhos dos chefes de família. Isso leva a crer que o PBF deu condições mínimas de segurança para a família beneficiária de forma que a geração seguinte – que teve que ir à escola, como requisito para receber a Bolsa – teve condições mais favoráveis para se incluir produtivamente.

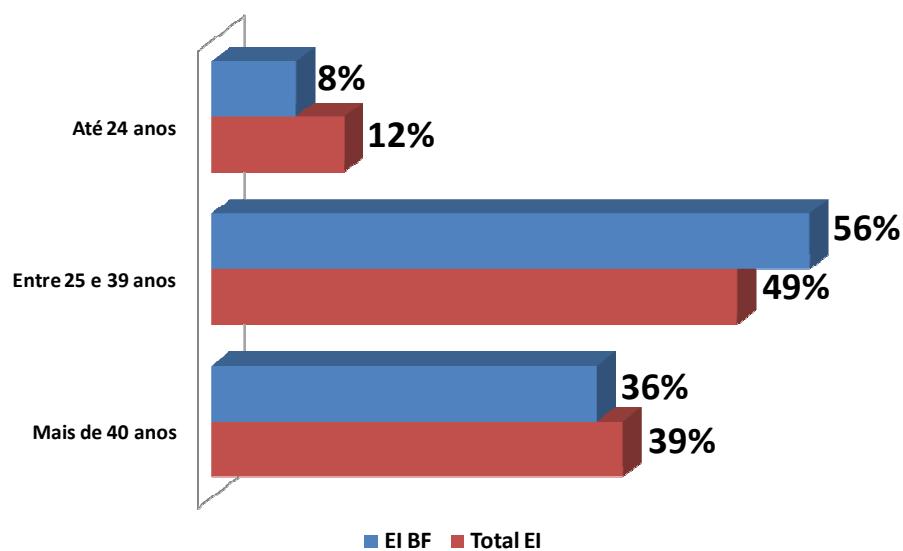
Gráfico 5 – Grau de Parentesco do EI PBF com o Responsável pela Família



Fonte: Sebrae/MDS/Receita Federal.

Com relação à faixa etária desses empreendedores, percebe-se uma concentração nas idades entre 25 e 39 anos, que contemplam 56% do público. Essa distribuição não difere muito da dos empreendedores individuais em geral, apenas com uma menor incidência de menores de 24 anos e de maiores de 40.

Gráfico 5 – Distribuição por Faixa Etária – EI PBF x EI

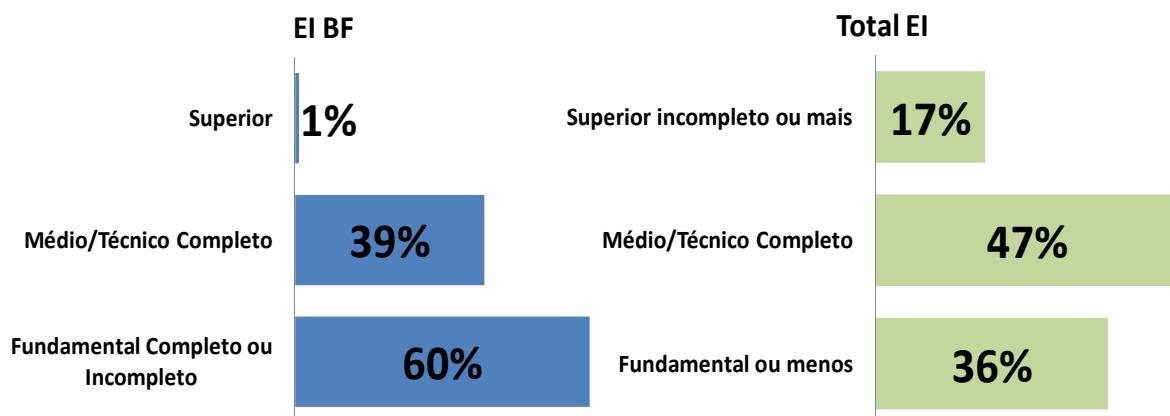


Fonte: Sebrae/MDS/Receita Federal.

Comparando-se a escolaridade dos EI PBF com os empreendedores individuais em geral, vê-se uma predominância maior dos que possuem ensino fundamental completo ou menos (ver Gráfico 6). Enquanto que 60% dos EI PBF encontram-se nessa faixa, apenas 36% do total de EI têm esse nível de escolaridade. Percebe-se também uma menor incidência de ensino médio ou

técnico completo (39% x 47%) e ensino superior, que apenas 1% dos beneficiários do Bolsa Família empreendedores individuais possui.⁵

Gráfico 6 – Comparativo de Escolaridade – EI PBF x EI



Fonte: Sebrae/MDS/Receita Federal e Sebrae.

Essa diferença de escolaridade corrobora a hipótese de que, no geral, os empreendedores de maior escolaridade se formalizaram primeiro. Os dados indicam que, para reduzir ainda mais os níveis de informalidade no Brasil, Governo e instituições de apoio deveriam focar no apoio à formalização nas populações mais pobres e menos escolarizadas. Muitos deles são, provavelmente, beneficiários do Bolsa Família do Norte e Nordeste, razão pela qual a participação dessas regiões no total de EI PBF é menor do que no total de PBF.

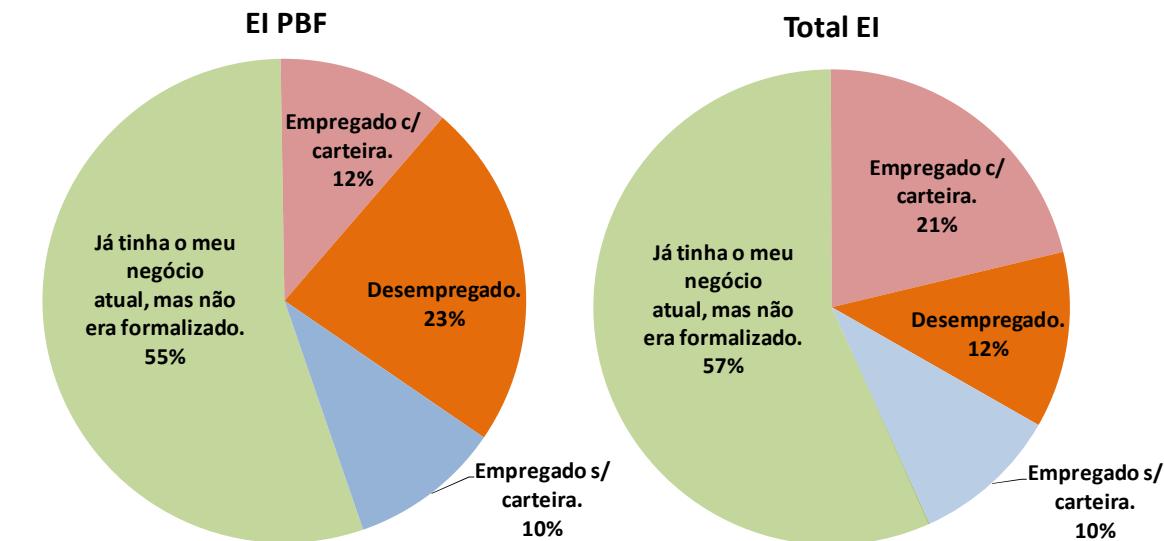
Porém, uma das estatísticas mais interessantes com relação a esse público vem dos dados da Pesquisa de Perfil do Empreendedor Individual (SEBRAE, 2011). Na Pesquisa, há uma questão a respeito da ocupação do empreendedor individual logo antes de se formalizar. Fazendo-se um recorte dos que, também na pesquisa, responderam que recebiam Bolsa Família até seis meses antes de se formalizar, observa-se que a instituição da figura do Empreendedor Individual, de fato, promove a inclusão produtiva de beneficiários do PBF.

Como se observa no Gráfico 7, 55% dos EI PBF já possuíam um negócio informal (*versus* 57% do total de EI) e 10% estavam empregados sem carteira. O que mais se destaca, porém, é o percentual de desempregados que se tornaram empreendedores individuais. Enquanto que no universo de EI 12% estavam desempregados antes de se formalizar, esse número salta para 23%, quase o dobro, quando são analisados apenas os EI que recebiam Bolsa Família.

Isso mostra que, principalmente, mas não exclusivamente, entre os beneficiários do Bolsa Família, indivíduos que antes não possuíam renda de trabalho passaram a fazê-lo por meio do empreendedorismo. Com a regulamentação da LC 128/08 que, por meio da simplificação, desburocratização e redução da carga tributária, foram dadas condições justas para que pessoas menos favorecidas pudessem abrir seu empreendimento de forma legal.

⁵ O Cadastro Único não utiliza o mesmo recorte de escolaridade que foi utilizado na Pesquisa de Perfil do Empreendedor Individual do Sebrae (2011). No CadÚnico, os que possuem superior incompleto são computados como “Ensino Médio ou Técnico Completo”. Por isso, as informações de escolaridades desses dois grupos não são totalmente equivalentes, mas permitem um bom comparativo entre eles.

Gráfico 7 – Ocupação Anterior à Formalização

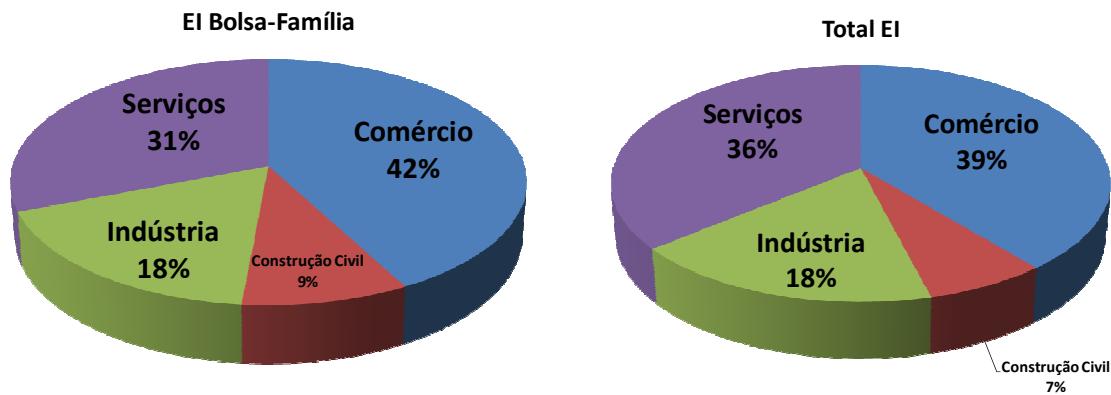


Fonte: Sebrae.

Comparando-se a distribuição setorial dos EI PBF com o total dos EI, observam-se poucas diferenças. Talvez a principal delas seja uma menor importância do setor de serviços – apesar de esse também ser o segundo setor mais frequente nesse segmento. Frente ao total de empreendedores individuais, os que são beneficiários do Bolsa Família estão divididos da seguinte maneira: 42% no setor de comércio, 31% em serviços, 18% na indústria e 9% na construção civil (ver Gráfico 7).

Uma possível explicação para essa menor participação do setor de serviços – que perde participação nesse grupo para os setores de comércio e construção civil – talvez seja o baixo grau de escolaridade dos EI PBF. Isso já que, mesmo exigindo, de maneira geral, pouco investimento inicial, muitas das atividades de serviços demandam algum grau de especialização, enquanto que o setor de comércio, por exemplo, como via de regra, não exige tanto.

Gráfico 8 – Distribuição por Setor dos EI PBF e EI



Fonte: Sebrae/MDS/Receita Federal.

Vale ressaltar, também, que muitas das atividades mais frequentes dos setores de indústria e construção civil se assemelham a atividades de serviços⁶, mais especificamente aquelas de cunho mais manual, como é o caso de “obras de alvenaria”, “fornecimento de alimentos preparados”, “confecção, sob medida, de peças de vestuário”.

Os três exemplos citados, inclusive, fazem parte das dez atividades mais frequentes entre esse grupo de empreendedores individuais. As duas primeiras atividades, porém, seguem às do EI em geral: comércio varejista de vestuário e cabeleireiros. Das dez atividades mais frequentes dos EI PBF, apenas duas não estão entre as mais frequentes dos EI em geral (“serviços ambulantes de alimentação” e “comércio varejista – bebidas”).

Nos dois grupos, há uma predominância de comércio varejista de vestuário e cabeleireiros. Um aspecto que deve ser destacado é a maior concentração em poucas atividades, já que as 10 mais frequentes delas concentram 44% de todos os EI PBF. E vale ressaltar a predominância, tanto entre os EI PBF quanto entre os EI em geral, de atividades de necessidade básica – roupas, alimentação, cabeleireiros, etc. – de pouco valor agregado e que exigem baixa especialização de mão de obra.

Talvez a atividade que exija um maior nível de especialização entre essas mais frequentes, “reparação e manutenção de computadores” conta com 30 mil empreendedores individuais, mas nenhum deles beneficiário do Bolsa Família. Isso se deve muito provavelmente ao baixo nível de escolaridade desse público.

Tabela 2 – Atividades Mais Frequentes dos EI PBF

	Atividade	Número	%
1	Comércio varejista - vestuário	10.813	10,5%
2	Cabeleireiros	7.546	7,4%
3	Minimercados, mercearias e armazéns	5.203	5,1%
4	Obras de alvenaria	4.535	4,4%
5	Bares e semelhantes	3.653	3,6%
6	Lanchonetes	3.625	3,5%
7	Serviços ambulantes de alimentação	2.878	2,8%
8	Fornecimento de alimentos preparados	2.322	2,3%
9	Confecção, sob medida, de peças do vestuário	2.301	2,2%
10	Comércio varejista - bebidas	2.142	2,1%
Total Acumulado		45.018	43,9%

Fonte: Sebrae/MDS/Receita Federal.

⁶ A classificação de atividades utilizada neste trabalho e na Pesquisa de Perfil do Empreendedor Individual 2011 é a mesma do IBGE para os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

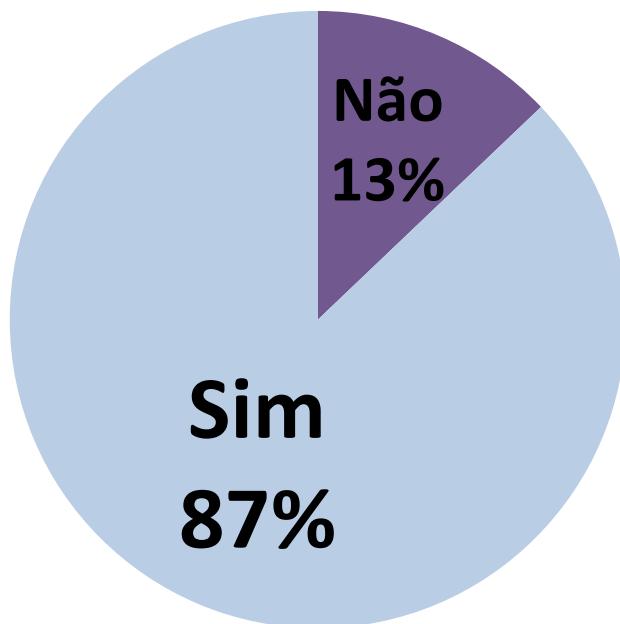
Tabela 3 – Atividades Mais Frequentes dos EI em Geral

	Atividade	Número	%
1	Comércio varejista - vestuário	146.129	10,5%
2	Cabeleireiros	105.846	7,6%
3	Lanchonetes	43.508	3,1%
4	Minimercados, mercearias e armazéns	41.831	3,0%
5	Obras de alvenaria	37.956	2,7%
6	Bares e semelhantes	37.689	2,7%
7	Confecção, sob medida, de peças do vestuário	29.624	2,1%
8	Atividades de estética e serviços de beleza	28.470	2,0%
9	Reparação e manutenção de computadores	28.467	2,0%
10	Fornecimento de alimentos preparados	26.180	1,9%
Total Acumulado		525.700	37,6%

Fonte: Sebrae/Receita Federal.

Ainda que esse segmento de empresários esteja concentrado nessas atividades de baixo valor agregado, percebe-se neles um perfil de empreendedor, com ganas de crescer. Assim como os EI em geral, 87% dos EI que declararam receber Bolsa Família na pesquisa do Sebrae (2011) afirmaram que querem se tornar uma microempresa, mesmo isso implicando em mais impostos e exigências.

Gráfico 9 – Intenção de se Tornar uma Microempresa



Fonte: Sebrae.

5. Conclusão

Tido como uma das ferramentas para se combater a pobreza extrema por meio da inclusão produtiva, o empreendedorismo é um dos carros-chefes do Plano Brasil Sem Miséria, do Governo Federal. Mais especificamente, o Plano visa formalizar, por meio da figura do Empreendedor Individual, trabalhadores autônomos que recebem benefícios do Programa Bolsa Família e apoiar aqueles beneficiários do Programa já formalizados como EI.

Diante desse cenário, este artigo teve como objetivo apresentar um perfil dos beneficiários do Bolsa Família empreendedores individuais e buscar insumos que permitam indicar se a figura do EI pode realmente servir como ferramenta de inclusão produtiva da população mais pobre do país.

Com relação ao perfil, percebe-se que esse público é, na média, jovem, pouco escolarizado, chefe de família, está no nordeste, nos grandes centros urbanos, já era um empreendedor informal ou estava desempregado antes de se formalizar, está em atividades de baixo valor agregado, mas quer crescer como empresário.

Com tal perfil, e com uma indicação de que há uma massa de empreendedores menos escolarizados que seguem na informalidade – principalmente no Nordeste e Centro-Oeste –, percebe-se que a figura do Empreendedor Individual pode sim ser usada como importante ferramenta de inclusão produtiva e combate à pobreza.

Porém, para que isso ocorra, é necessário não apenas trabalhar para a formalização dos que seguem à margem, mas principalmente apoiar de maneira incisiva os que já se formalizaram, de forma a garantir a sustentabilidade de seu negócio e promover, de fato, uma quebra no ciclo de pobreza do empreendedor e sua família.

6. Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm> Acesso em: 3 out 2011.

BRASIL. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2008/leicp128.htm>> Acesso em: 3 out 2011.

THE ECONOMIST. How to get children out of jobs and into school: The limits of Brazil's much admired and emulated anti-poverty programme". 29 julho 2010. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/16690887>>. Acesso em: 3 out 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira.** Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro: 2008, Nº. 23, 280 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsociais2008/indic_sociais2008.pdf>. Acesso em: 3 out 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Gastos com a Política Social: Alavanca para o Crescimento com Distribuição de Renda.** Comunicados do IPEA. 03 fev. 2011, Nº 75. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/fevereiro/arquivos/110203-comunicadoipea75.pdf>>. Acesso em 3 out 2011.

LAYTON, MATTHEW L. **Quem se Beneficia do Bolsa Família?**. Perspectivas a partir do Barômetro das Américas. 2010. Nº 47. Disponível em: <<http://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/I0847.po.pdf>>. Acesso em: 3 out 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. **Plano Brasil Sem Miséria.** 2011. Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/wp-content/themes/bsm2nd/caderno_brasil_sem_miseria.pdf>. Acesso em: 3 out 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. **Nota MDS - Assunto: O perfil da Extrema Pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010.** Brasília: 02 maio 2011. Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/wp-content/themes/bsm2nd/perfil_extrema_pobreza.pdf>. Acesso em: 03 out 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. **Número Médio da Quantidade de Pessoas por Família – Cadastro de até R\$ 255,00 e Famílias PBF.** Brasília: 2011.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Pesquisa de Perfil do Empreendedor Individual.** Coleção Estudos e Pesquisas. Pesquisas. Brasília: 2011. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/FFA96CD1D2798CC4832579100043A8FE/\\$File/NT000463DA.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/FFA96CD1D2798CC4832579100043A8FE/$File/NT000463DA.pdf)>. Acesso em: 03 out 2011.